



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
NO COMPLEXO BEIRA RIO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB**

**JARMONIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA**

JOÃO PESSOA – PB  
2022

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
NO COMPLEXO BEIRA RIO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Administração Pública na Modalidade à Distância, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

**Orientador(a):** Profa. Dra. Geuda Anazile da Costa Gonçalves

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436e Pereira, Jarmonielle de Oliveira.

Elaboração do plano de desenvolvimento territorial no complexo Beira Rio na cidade de João Pessoa - Pb [manuscrito] / Jarmonielle de Oliveira Pereira. - 2022.

48 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Geuda Anazile da Costa Gonçalves, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Administração pública. 2. Plano de Desenvolvimento Territorial. 3. Complexo Beira Rio. 4. Programa João Pessoa Sustentável. I. Título

21. ed. CDD 351

JARMONIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
NO COMPLEXO BEIRA RIO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Administração Pública na Modalidade à Distância, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

**Orientador(a):** Profa. Dra. Geuda Anazile da Costa Gonçalves

Aprovado em: 22 de novembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

GEUDA ANAZILE DA COSTA  
GONCALVES:55434509404

Assinado de forma digital por GEUDA ANAZILE  
DA COSTA GONCALVES:55434509404  
Dados: 2022.12.03 09:22:46 -03'00'

---

**Profa. Dra. Geuda Anazile da Costa Gonçalves**



Documento assinado digitalmente

VIVIANE BARRETO MOTTA NOGUEIRA  
Data: 02/12/2022 22:22:41-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira**



Documento assinado digitalmente

SIBELE THAISE VIANA GUIMARAES  
Data: 03/12/2022 08:10:27-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Profa. Dra. Sibeles Thaise Duarte**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo descrever as atividades e o processo de elaboração e validação do Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio na cidade de João Pessoa - PB durante o período de julho de 2019 a outubro de 2022. Trata-se de um relato de experiência sobre o Programa João Pessoa Sustentável que está sendo desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para tanto, foi levado em consideração a relação que a população das comunidades do Complexo Beira Rio estabelece em seu território e sua contextualização socioeconômica. Após a construção do Plano de Desenvolvimento Territorial, a conclusão obtida, é que este trabalho contribui como modelo de instrumento para a elaboração de uma agenda propositiva de políticas públicas de superação de desigualdades sociais e da distinção territorial de direitos.

**Palavras-Chave: Plano de Desenvolvimento Territorial. Complexo Beira Rio. Programa João Pessoa Sustentável.**

## ABSTRACT

This work aims to describe the activities and the process of elaboration and validation of the Territorial Development Plan of the Beira Rio Complex in the city of João Pessoa - PB during the period from July 2019 to October 2022. This is an experience report on the Sustainable João Pessoa Program that is being developed by the Municipality of João Pessoa and financed by the Inter-American Development Bank (IDB). For this purpose, the relationship that the population of the Beira Rio Complex communities establishes in their territory and their socioeconomic context was taken into account. After the construction of the Territorial Development Plan, the conclusion obtained is that this work contributes as a model instrument for the elaboration of a propositional agenda of public policies to overcome social inequalities and the territorial distinction of rights.

**Keywords: Territorial Development Plan. Beira Rio Complex. João Pessoa Sustainable Program.**

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Etapas do Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR .....	25
<b>Figura 2</b> - Descrição geral do Programa João Pessoa Sustentável .....	28
<b>Figura 3</b> - Componente Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade.....	29
<b>Figura 4</b> – Imagem de Satélite do Complexo Beira Rio, João Pessoa-PB.....	31
<b>Figura 5</b> – Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio.....	32
<b>Figura 6</b> – Pilares do Plano de Desenvolvimento Territorial o CBR .....	33
<b>Figura 7</b> – Secretarias Envolvidas no Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR.....	34

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Resumo de ações de observação participativa.....	23
<b>Quadro 2</b> – Ações do PDT propostas pela SEDEST.....	35
<b>Quadro 3</b> – Ações do PDT propostas pela SEDEST em parceria com a SEMAM.....	36
<b>Quadro 4</b> - Ações do PDT propostas pela SEDEST em parceria com a SEPPM.....	36
<b>Quadro 5</b> – Ações de educação, trabalho qualificado e seguro.....	37
<b>Quadro 6</b> – Ações de novas formas de relacionamento com o território.....	38
<b>Quadro 7</b> – Ações de igualdade de gênero.....	39
<b>Quadro 8</b> – Ações de respeito à memória do CBR.....	39



## LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CBR–Complexo Beira Rio

CCC – Centro de Cooperação da Cidade

COFIEEX - Comissão de Financiamentos Externos

COVID-19 – Doença do Coronavírus

MGAS – Marco de Gestão Ambiental

ICES – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

ROP – Regulamento Operacional do Programa

SEPPM - Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres

SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente

SEM HAB - Secretaria de Habitação Social

SETRAB – Secretaria de Trabalho, Produção e Renda

UEP – Unidade Executora do Programa

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	14
2.1	Municipalização da Gestão de Políticas Públicas no Brasil .....	14
2.2	O Território e as Políticas Públicas .....	15
2.3	Participação Democrática em Territórios de Áreas de Risco .....	16
2.4	Políticas Sociais e Escala Local nos Territórios de Área de Risco.....	17
2.5	Políticas Públicas Urbanas e Territórios.....	18
2.6	Os Territórios e a Relação Socioambiental .....	19
3	METODOLOGIA .....	22
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	27
4.1	Local e População Envolvida .....	27
4.2	O Programa João Pessoa Sustentável.....	30
4.3	Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
6	REFERÊNCIAS.....	45

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto socioeconômico do Brasil agravou-se nos últimos anos, principalmente por causa das consequências da pandemia do Covid-19. A situação da população brasileira, em especial, dos mais pobres, ficou ainda mais desafiadora perante o aumento do desemprego e da miséria. Diante deste quadro socioeconômico, uma administração satisfatória das políticas públicas torna-se uma grande aliada no combate à pobreza e à geração de bem estar da população.

Um dos grandes desafios no cenário das políticas públicas é criar elementos de planejamento ambiental e socioambiental sustentáveis em uma política enraizada nos preceitos tradicionais de gestão de desenvolvimento urbano, assim como, administrar o ordenamento territorial nos planos urbanos em áreas de segregação socioespacial dentro de áreas periféricas nas cidades. Há outros critérios que devem ser considerados no planejamento da forma urbana das cidades, como os condicionantes ambientais e socioeconômicos locais (HONDA et al., 2015).

A preocupação com a proteção ambiental e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais vêm fazendo surgir no país iniciativas de articulação de órgãos voltados à reflexão de novas concepções do desenvolvimento, como a sustentabilidade ambiental do crescimento, o ordenamento territorial e a melhoria efetiva das condições de vida da população. A necessidade de aproximação destes elementos vem resultando em políticas que procuram replanejar a relação entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e os contextos locais agregando às políticas públicas a participação dos grupos sociais interessados (PERES E CHIQUITO, 2012).

A questão ambiental nas cidades vem se agravando por vários lugares do país. Portanto, está presente nos principais debates, chamando a atenção de governantes, organizações e da sociedade civil organizada, que discutem alternativas e tomada de providências urgentes e sustentáveis. Uma vez que, é preciso verificar porque os fatores que norteiam o contexto político, não estão alinhados à realidade. A problemática socioambiental incorpora as questões sobre a qualidade devida e bem estar da população.

A preocupação com as áreas verdes nos centros urbanos está entrando cada vez mais nas pautas de discussões das políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. De acordo com Silva et al. (2015), a existência de áreas de preservação ambiental é notada em todo o

território do município de João Pessoa e isso suscita um fator importante de restrição à ocupação dos bairros. Assim, essas áreas tornam-se susceptíveis a ocupações ilegais, além de alterações de cunho legal para absorção da demanda de habitação de interesse social, e não raras às vezes, em benefício de interesses do mercado imobiliário.

Contudo, existe na maioria dos bairros em João Pessoa, uma área passível de ocupação urbana e também áreas destinadas à preservação ambiental, que visam manter um equilíbrio entre a necessidade de ocupação e a proteção ecologicamente correta dessas áreas. Uma parte considerável dos bairros já avançou esses limites. Seja pela ocupação ter sido iniciada antes de determinação legal e definição das áreas de restrição ambiental, seja por ocupações ilegais, onde construções se instalaram nessas áreas sem planejamento, controle e fiscalização por parte dos órgãos competentes. (SILVA et al., 2015).

O papel que o poder público municipal desenvolve na realocação territorial das suas cidades influencia diretamente a relação socioambiental que a sociedade estabelece com os recursos naturais locais. Uma vez que, o debate da multiplicidade que envolve as temáticas ambientais não só deve fazer parte dos ambientes acadêmicos, mas também nos ambientes dos gestores públicos, da iniciativa privada e da sociedade civil.

A administração pública municipal de João Pessoa criou o Programa João Pessoa Sustentável a partir do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, sendo este composto por uma parceria firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), que tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano do Município, calcado nos preceitos da sustentabilidade, tendo como pilares o fortalecimento do planejamento e da gestão pública municipal (PMJP, 2022).

O Programa João Pessoa Sustentável está orçado em 200 milhões de dólares, e está previsto para ser executado até 2024. Ao todo são 60 ações voltadas para a redução das desigualdades, modernização dos instrumentos de planejamento urbano, da prestação de serviços e da administração pública e fiscal.

Um dos grandes destaques do Programa João Pessoa Sustentável está voltado para atender a população que vive às margens e em áreas de risco da bacia intraurbana do rio Jaguaribe que compõem as comunidades do chamado Complexo Beira Rio (CBR). Essas famílias estão passando por um processo de reassentamento involuntário e realocação territorial. Elas serão contempladas com um plano de desenvolvimento territorial pautado nas relações socioambientais que a população local estabelece com o rio Jaguaribe e suas margens.

Uma das ideias centrais do Programa João Pessoa Sustentável é promover a solução dos problemas ambientais, socioeconômicos e urbanísticos, especificamente, àquelas famílias que sofrem com inundações na época de cheia ao longo do rio Jaguaribe, assim como, recuperar as características naturais deste rio, mantendo a relação socioambiental que a população local estabelece nesse território. É relevante potencializar as linhas de força na direção dos sentidos territoriais do Complexo Beira Rio (CBR) e compreender a grandeza que um Plano de Desenvolvimento Territorial das famílias e revitalização do rio Jaguaribe trará na vida dos pessoenses.

Para Dieb e Martins (2017), a revitalização do rio Jaguaribe visa à construção de um desfecho que contempla não apenas as necessidades do ambiente urbano e da sociedade em questão, como também as necessidades do ambiente natural nele contido, para assim, reconstituir e resgatar essa parte da paisagem da cidade, no qual se alcança o usufruto racional do patrimônio natural presente às margens do rio Jaguaribe e se garanta a sua salvaguarda para a posteridade.

Um dos principais eixos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do CBR é o Plano de Desenvolvimento Territorial, pautado nos critérios de sustentabilidade socioambiental, geração de trabalho e renda, e inclusão de gênero. O trabalho que será executado no Plano de Desenvolvimento Territorial, com as famílias das comunidades do CBR, reflete num conjunto de ações planejadas que objetivam potencializar as linhas de força na direção dos sentidos territoriais, congregando as obras que promovem o território.

Este trabalho trata-se de um relato de experiência sobre o Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio que está sendo desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, e, sob supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para subsidiar os estudos necessários à construção e aprovação do Plano de Desenvolvimento Territorial que será implantado junto às comunidades do CBR, foi contratada uma empresa de consultoria especializada.

Portanto, o objetivo deste trabalho é descrever o processo de elaboração e validação do Plano de Desenvolvimento Territorial, levando em consideração a relação que os moradores do Complexo Beira Rio estabelecem em seus territórios e sua contextualização socioeconômica.

A partir do envolvimento de alguns atores sociais, como gestores públicos, assessores técnicos, consultores especializados, sociedade civil (grupos de moradores), e organizações não governamentais, a experiência permitiu conhecer as peculiaridades e características da população das oito comunidades do CBR, e com isso planejar ações de cunho socioeconômico,

socioterritorial, socioambiental e de inclusão de gênero voltadas ao atendimento de suas necessidades e expectativas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Municipalização da Gestão de Políticas Públicas no Brasil

É importante contextualizar a descentralização das funções estatais a respeito da natureza das políticas públicas e do papel do Estado como instituição social, para compreender a importância do governo local para a redução da desigualdade de renda e promoção do bem-estar social.

As reformas estabelecidas pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, seguiram as linhas defendidas pelo liberalismo social e estabelecem um consenso geral de descentralização da gestão estatal.

A descentralização como princípio de regulamento da gestão pública possui um forte enlace com a mudança na escala territorial de decisão e de ação governamental. Portanto, esta temática é relevante para os estudos das políticas públicas, especialmente nos termos de uma gestão pública municipal dos lugares. O debate sobre o poder local, assume uma posição de destaque, uma vez que se inscreve no plano da política da gestão do Estado e da qualidade da participação cidadã na esfera pública (BARBOSA, 2010).

A descentralização no campo das políticas públicas, tendo o município como esfera de coordenação e execução, não significa uma parte distinta das relações mais amplas entre governo e sociedade. Os críticos à centralização das políticas sociais, por parte do governo federal, acolheram as propostas de gestão participativa diante da relevância da escala local nas decisões.

Segundo Barbosa (2010), a proposta de escala local como espaço privilegiado da gestão e execução de políticas públicas aponta três questões fundamentais: A necessária superação da distância entre os agentes formuladores das ações e o público beneficiado; A correspondência efetiva entre a qualidade da ação e as demandas de grupos sociais em situação de vulnerabilidade; E, em especial, a realização das ações públicas sob controle social dos cidadãos.

É importante ressaltar a responsabilidade dos municípios sobre as políticas públicas sociais como ferramenta de promoção de bem-estar social. A municipalização deve ser um instrumento utilizado não apenas para a redução de custos da esfera federal e estadual. O Estado continua a se responsabilizar pela garantia de serviços de direitos dos cidadãos.

Sobretudo, a municipalização das políticas públicas é necessária para criar governanças mais participativas e democráticas sobre a pauta da gestão territorial de proximidade, integralizando assistência aos cidadãos junto ao desenvolvimento local.

## **2.2 O Território e as Políticas Públicas**

Cunha e Antonello (2020) parte da hipótese que a base conceitual de território é um alicerce fundamental na elaboração das políticas sociais, uma vez que permite uma compreensão da problemática das dinâmicas socioterritoriais. Essa classe de análise geográfica dos lugares pode auxiliar as políticas sociais por carregar conteúdo interdisciplinar e incorporador.

O processo de integrar o conceito e efetuar a leitura territorial é fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas e das tomadas de decisão nos órgãos públicos.

Parte-se da consideração que há relações diretas entre o exercício da cidadania e o uso do território como condição da “prática” da política pública democrática. Afirmar que a cidadania significa o exercício de direitos e deveres é reconhecer a busca permanente das condições de sua realização na vida em sociedade. E, quando há presença de profundas desigualdades sociais e distinções territoriais de direitos e deveres, a justiça social assume dimensões amplas e profundas, dialogando com o princípio da equidade como condição do exercício da cidadania.

A retomada ao território conduz à reflexão do sentido da política pública como campo de relações de poder, uma vez que as ações e intenções dos sujeitos e das instituições sociais partem das suas vivências reais em espaços e/ou tempos demarcados. Pode-se afirmar que é no território onde se concretiza o mundo dos indivíduos, as práticas sociais e os direitos da cidadania. Sendo assim, é para o território que convergem às possibilidades efetivas de criação de políticas públicas sociais efetivas.

De acordo com Barbosa (2010), reconhecer a existência de inúmeros desafios postos às gestões municipais não as isenta de suas opções políticas. Deve-se, portanto, observar quais são os conflitos e as contradições que estão incluídas na agenda de cada gestão municipal, e, as prioridades estabelecidas para o uso de fundos públicos e os compromissos firmados com a democracia participativa.

Nesse sentido não é possível fazer do volume da pobreza acumulada uma justificativa absoluta e eterna para precarização de pautas sociais.



### 2.3 Participação Democrática em Territórios de Áreas de Risco

A formulação e execução de políticas públicas exigem um olhar atento e crítico sobre a sua incidência nos territórios com áreas de risco, sobretudo dos grupos sociais profundamente marcados pela desigualdade social e pela invisibilidade política de suas demandas legítimas de direitos. A participação democrática busca a concretização dos processos sociopolíticos nos territórios. Ou seja, pretende-se encontrar nas linhas territoriais das políticas públicas os caminhos para compreensão da força do local para a mudança e, em especial, para construção de agendas de direitos urbanos.

É importante destacar que a municipalização das políticas públicas representa um enorme desafio à tradição centralizadora e concentradora de poderes do Estado no Brasil. É evidente que a descentralização da gestão e execução das políticas públicas é permeada por diversos obstáculos de ordem financeira, jurídica e política.

Esse não é um pressuposto teórico, mas uma tensão explícita do processo político-institucional e territorial da descentralização, colocando impasses e obstáculos importantes para a realização de políticas públicas no âmbito local. Dentre estes se destacam os conflitos de competências e atribuições dos entes federativos em relação aos usos de recursos e da escala territorial de realização de ações públicas. Tais tensões de ordem político-institucional vêm conduzindo a imprecisão de responsabilidades e a superposição de ações que comprometem a realização de políticas sociais (BARBOSA, 2010).

Por outro lado, o desenho de políticas públicas não raramente se apoia em percepções de grupos sociais e de seus territórios de moradia de maneira equivocada, embora repleto das melhores intenções de combate à pobreza. A dimensão simbólica é uma tensão sociopolítica que se explicita nas definições de grupos sociais como vulneráveis ou como excluídos e, no seu limite mais contundente, na percepção estereotipada das moradas desses mesmos grupos sociais como “áreas de risco”.

Essas inquietações sociopolíticas no campo das políticas públicas possuem escalas de acontecimento distintas, mas que se cruzam nos territórios entre os residentes em favelas e periferias. Essas questões fazem emergir conflitos e contradições que contribuem na reiteração de desigualdades sociais. E, de modo contundente, estão na base constitutiva de formas fragmentadas e processos híbridos de gestão e execução de políticas sociais na escala local (BARBOSA, 2010).

Assim, cabe à administração pública municipal, conciliar a relação socioterritorial que a população de áreas urbanas vulneráveis estabelece em seus territórios, com políticas públicas adequadas de bem-estar social.

#### **2.4 Políticas Sociais e Escala Local nos Territórios de Área de Risco**

Apesar das mudanças importantes e empenhos notáveis de gestões municipais ao longo dos mais de trinta anos de redemocratização das instituições do Estado, em particular no que concerne à ampliação de equipamentos e serviços públicos, ainda, permanecem limitações extremas em termos da qualidade de suas ofertas e da cobertura integral das legítimas demandas sociais, principalmente em bairros e comunidades populares.

Acrescenta-se a essas limitações a notória distinção territorial da presença qualitativa e quantitativa de bens, equipamentos e serviços públicos, constituindo o que Barbosa (2010) denominou como fragmentação territorial de direitos. A “vulnerabilidade” de determinados grupos sociais está intimamente associada à extensão territorial da materialidade dos direitos essenciais e da acessibilidade a esses mesmos direitos.

A desigualdade social se revela como hierarquização da cidadania de acordo com os territórios de morada, uma vez que a execução de políticas governamentais tende a se realizar prioritariamente em fixos (estruturas físicas e pessoas fixadas em unidades administrativas). As desigualdades também se reproduzem com a instrumentalização e concentração de recursos, fazendo do uso hierárquico do território mais um componente de contradições sociais e da distinção de direitos estabelecidos a mais de três décadas pela Constituição Brasileira.

A municipalização da coordenação e execução de políticas públicas ainda não corresponde ao desvio territorial necessário à garantia de direitos. É preciso alertar que a presença dos equipamentos e dos serviços não é uma garantia absoluta da efetivação dos direitos sociais, pois é indispensável observar a qualidade das relações sociais que se realizam no uso dos espaços tangíveis e nas ações públicas no território (BARBOSA, 2010).

Por outro lado, a desconcentração de poderes estatais mostra uma face perversa de reprodução de poderes discricionários e de apropriação de fundos públicos por interesses particularizados. Os bairros populares, as favelas e assentamentos de periferias urbanas são os territórios de morada onde tais formas ganham força própria.

Barbosa (2010) afirma que entidades “filantrópicas” e “centros sociais” (não raramente vinculados implícita ou explicitamente a membros do executivo e legislativo municipal,

estadual e federal) mobilizam recursos públicos para oferecer serviços sociais para as “famílias carentes”, constituindo redes de beneficiados em relações de clientela e proteção pessoal.

Por conseguinte, opera-se assim, uma inversão absoluta do direito social em favores de privilégio que, por sua vez, estão na base da afirmação de posições de poder personalizadas e do controle territorial de “clientelas eleitorais”.

## **2.5 Políticas Públicas Urbanas e Territórios**

De acordo com Honda et al. (2015), o processo de urbanização no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, impôs inúmeros desafios às questões relativas às políticas públicas, à gestão e à organização do território municipal. O processo de urbanização brasileiro elevou ao mesmo tempo, a demanda por moradia, por empregos e por serviços públicos nas cidades. Nos grandes centros urbanos, é bastante visível o quadro de miséria social com grande percentual da população residindo em áreas ilegais, clandestinas, favelas e de risco.

Nesse contexto, a formulação de políticas públicas urbanas adequadas é fundamental, incluindo as relativas ao uso e à ocupação do solo urbano, à habitação e à infraestrutura, visando a contribuir para a construção de ambientes urbanos equilibrados e mais justos e menos degradantes do meio ambiente natural.

Assim, o papel do município como gestor tornou-se primordial, devendo regular a atuação do mercado imobiliário e o processo de ocupação do território em consonância com a política de desenvolvimento urbano e com as diretrizes que vão ao encontro dos propósitos da função social da cidade, além da preocupação com a qualidade de vida e conservação dos aspectos ambientais locais (HONDA et al., 2015).

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu capítulo sobre política urbana, atribuiu ao município as funções de controle, planejamento, gestão e de desenvolvimento urbano. Ainda segundo Honda *et al.* (2015), o planejamento ambiental é o elemento básico para o desenvolvimento econômico e social voltado a melhor utilização e gestão de uma unidade territorial, cujas fases de descrição e de diagnóstico tornam-se caminho para a compreensão das potencialidades e das fragilidades da área.

Assim, para que as políticas públicas urbanas sejam eficazes, eficientes e efetivas, deve-se realizar o planejamento ambiental dos recursos naturais e demais recursos produtivos, uma vez que essa é a base para o desenvolvimento sustentável nos ambientes urbanos, compreendido

como a maneira possível para a qualidade de vida da população, principalmente para os países periféricos e subdesenvolvidos, ou a única possibilidade de sobrevivência para a humanidade.

## **2.6 Os Territórios e a Relação Socioambiental**

A articulação entre políticas de diversos recortes territoriais parece ser um dos principais desafios atuais da gestão pública no Brasil, pois elas têm impactos diferenciados quanto aos indivíduos, categoriais sociais, comunidades e contextos regionais.

Nesse sentido, a “abordagem territorial” do desenvolvimento é um conceito que emerge da forma integral de leitura e interpretação de uma realidade, das interações entre os diversos aspectos que caracterizam um sistema social construído em certa base natural que, modificada, também caracteriza e delimita um território. Essa abordagem territorial tenta compatibilizar ideias, princípios e valores na promoção do desenvolvimento, segundo preceitos da sustentabilidade e de participação social (PERES E CHIQUITO, 2012).

Peres e Chiquito (2012) também sugerem que a dimensão ambiental como elemento de integração territorial, entendida como recursos naturais, patrimônio natural e cultural, conhecimento e práticas sociais começou a ser incluída no discurso e na definição das políticas públicas, a partir dos anos 1980, tendo um destaque expressivo na constituição de novas institucionalidades de caráter regional.

Entender as transformações do território significa, portanto, compreender o que elas provocam nas suas diferentes escalas e nas mais diversas temáticas às quais estão relacionadas. Seja no meio urbano ou no meio rural, as áreas ambientalmente protegidas, estão sendo modificadas na medida em que os territórios vão sendo apropriados, sobrepostos e interligados. Saber que territórios são esses e que mecanismos causaram as suas formações constituem os primeiros passos para desvendar a compreensão dessas mudanças e as possíveis relações entre a diversidade das escalas espaciais de planejamento e gestão (PERES E CHIQUITO, 2012).

Leandro et al. (2015) afirma que o capitalismo impõe às organizações e aos governos múltiplos desafios que demandam a inclusão do conceito de sustentabilidade socioambiental no âmbito dos negócios, a compatibilização do desenvolvimento sustentável com a gestão do sistema capitalista de produção, a compreensão de que a questão da sustentabilidade

socioambiental afetará a vida dos *stakeholders*<sup>1</sup> e a inserção da variável ambiental no interior do sistema capitalista, tornando-a operacional na cadeia de valor.

Ainda segundo Leandro *et al.* (2015), o desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão socioambiental, passa pela mudança de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. Por certo, as questões relacionadas à utilização dos recursos naturais, suprimento energético, meio ambiente, controle demográfico e desenvolvimento, só poderão ser examinadas em suas relações mútuas e complexas, o que implica na adoção de um quadro conceitual de planejamento em que seja criada a articulação entre as ciências sociais e as ciências naturais.

Em se tratando de ordenamento territorial com foco na escala municipal baseado, principalmente, em leis específicas de regulamentação de uso do solo, deve-se considerar as especificidades contextuais do espaço. Assim sendo, a competência de legislar e de ordenar o território deviam ser diretamente conduzidas aos governos locais, responsabilizados pela produção e aprovação dos planos de caráter territorial (ALVES, 2014).

Alves (2014) levanta uma discussão sobre os estudos das culturas de ordenamento territorial que compõe novo campo nos estudos de ordenamento territorial. Estes estudos justificam-se pela necessidade de entender e identificar os elementos geradores das diferenciadas formas de ordenamento territorial existentes nos mais variados espaços e planejamento.

O estudo da variável cultural se faz necessário, tendo em vista que estruturas são desconstruídas ou realidades modificadas em função das particularidades locais inerentes ao planejamento territorial, tais como, tradições, hábitos sociais, costumes, específicos quadros constitucionais e legais, além de diferentes estruturas institucionais de governança (ALVES, 2014).

Lima e Zanirato (2014) expõem o caráter insustentável da conformação espacial paulistana, marcada pela segregação socioespacial e pelo espraiamento das fronteiras da cidade em direção às áreas de preservação ambiental e de mananciais.

Estes autores apontam que o processo de expansão urbana na metrópole de São Paulo, tenderam a reproduzir modelos altamente precários de auto provisão habitacionais, tanto pela produção periférica dos conjuntos habitacionais quanto pela ausência de atendimento às classes nas quais se concentra o déficit habitacional.

---

<sup>1</sup>*Stakeholder* é um termo da língua inglesa que tem como significado "grupo de interesse".

Assim, para reverter esse processo, considera-se imprescindível a revisão dos modelos que orientam a provisão de moradias como os populares conjuntos habitacionais sociais, que deveriam ter como foco uma concepção abrangente e sustentável de habitação.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva sobre a elaboração e validação do Plano de Desenvolvimento Territorial das comunidades do Complexo Beira Rio na cidade de João Pessoa – PB. O período da pesquisa compreende o prazo entre julho de 2019 a outubro de 2022. Durante esse período foram feitas várias reuniões com os moradores das comunidades envolvidas, as secretarias municipais da Prefeitura de João Pessoa, o BID e as empresas consultoras que foram contratadas através de processos licitatórios, a fim de se chegar num denominador comum para o alcance dos objetivos do Programa João Pessoa Sustentável.

Esse tipo de pesquisa visa explorar um fenômeno ainda pouco explorado. Normalmente, busca-se elencar hipóteses sobre o tema ou fenômeno estudado para que outras pesquisas as testem e validem. Com isso, as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador. As pesquisas exploratórias mais comuns são os levantamentos bibliográficos, porém, em algum momento, a maioria das pesquisas científicas passam por uma etapa exploratória, visto que o pesquisador busca familiarizar-se com o fenômeno que pretende estudar (GIL, 2017).

Inicialmente, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito da temática proposta, na qual foram consultados referenciais teóricos e conceituais, assim como pesquisas já realizadas acerca de planejamentos socioambientais em ambientes urbanos com segregação socioespaciais a nível nacional, regional e local. Assim como, foi feita pesquisa bibliográfica sobre recuperação e revitalização ambiental de áreas verdes urbanas e bacias hidrográficas intraurbanas. Em seguida, foram feitas pesquisas documentais para o levantamento de todas as informações referentes ao Programa João Pessoa Sustentável.

Este trabalho também possui aspectos de pesquisa descritiva, uma vez que, visa descrever características de uma população, amostra, contexto ou fenômeno. Geralmente são usadas para estabelecer relações entre construtos ou variáveis nas pesquisas quantitativas e pesquisas que buscam levantar a opinião, atitudes e crenças de uma população.

Essas pesquisas, normalmente de caráter quantitativo, buscam a identificação e descrição de características de grupos de pessoas ou de fenômenos. Quando feitas de forma qualitativa, tendem a utilizar mapas, modelos ou quadros descritivos para categorizar características. De modo geral, as pesquisas descritivas buscam aprofundar fenômenos já explorados nas pesquisas exploratórias, buscando características e modelos que melhor os descrevam (GIL, 2017).

Ademais, a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi a “observação participativa”, que corresponde em um processo onde o pesquisador estabelece um relacionamento multilateral, dentro de um intervalo de médio a longo prazo, com uma associação humana na sua situação natural, com o objetivo de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (MAY, 2004).

A observação participante é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. É, no fundo, uma técnica composta, na medida em que o observador não só observa como também tem de se socorrer de técnicas de entrevista com graus de formalidade diferentes.

O objetivo fundamental que se faz da utilização desta técnica é a captação das significações e das experiências subjetivas dos próprios intervenientes no processo de interação social. Como o observador tem de se integrar num grupo ou comunidade que, em princípio, lhe é estranho, ele sofrerá um processo de "ressocialização", tendo, frequentemente, de aprender novas normas e linguagens ou gírias e de representar novos papéis, o que coloca problemas particulares relativos à objetividade científica (MAY, 2004).

A técnica possibilita graus diversos de integração no grupo observado e de sistematização dos procedimentos de recolha de informação, de acordo com os objetivos que o investigador estabelece para a investigação, e adequa-se particularmente a fenômenos ou grupos de reduzida dimensão, pouco conhecidos e/ou pouco visíveis.

Todavia, pelas suas próprias características, a observação participante apresenta algumas vantagens, como o risco, sempre presente, do investigador resvalar para a subjetividade, devido ao seu envolvimento pessoal com o objeto, e a possibilidade da sua presença perturbar o normal decurso da interação social (MAY, 2004).

Desde o primeiro momento (julho de 2019) que a SEDEST foi convocada a participar do Programa João Pessoa Sustentável no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio, eu estive representando a SEDEST como ponto focal destas ações. Como técnica e com o aval dos Secretários, pude propor ações com base, principalmente, nos programas, projetos e serviços da SEDEST ofertados à população de João Pessoa.

Após reuniões para exposição dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Territorial, e com a participação de vários técnicos e especialistas devidamente orientados por coordenadores temáticos de várias secretarias municipais reunidas, sob o comando da Unidade Executora do



Programa e supervisão do BID, eu dei início aos estudos através de visitas de campo e de pesquisa bibliográfica sobre os documentos oficiais do Programa e sobre a temática a nível local, estadual e federal.

Nessa esteira, a contratação de consultoria especializada, em espécie se justifica pelo alto grau de complexidade, especificidade e importância que envolve os estudos e serviços técnicos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de urbanização sustentável das comunidades do Complexo Beira Rio, assim como no ineditismo da experiência do Município de João Pessoa com o Programa parcialmente financiado.

No início do ano de 2020, a Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável, contratou uma consultoria para dar suporte à construção de um Diagnóstico Socioterritorial das comunidades do CBR. A UEP e os técnicos (pontos focais, como eu) das secretarias municipais envolvidas, também participaram ativamente das ações. As principais ações realizadas na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial foram:

- Visita as 08 comunidades para levantamento de aspectos físico-urbanísticos, ambientais e sociais;
- Levantamento de dados em relação às áreas;
- Realização de relatório fotográfico das áreas buscando retratar os principais aspectos que serão necessários à caracterização das mesmas;
- Realização de entrevistas com moradores das 08 comunidades para compreender a situação em que vivem e identificar seus problemas e demandas principais;
- Participação de reuniões com representantes de moradores para conhecer iniciativas que possam ser adotadas nas 08 comunidades;
- Visitas aos equipamentos públicos que atendem as comunidades.

O Diagnóstico Socioterritorial tornou-se um insumo muito importante para as definições de propostas do PDT. Ademais, o objetivo principal deste documento foi para subsidiar a elaboração do Termo de Referência para o Plano de Desenvolvimento Comunitário e a implantação dos quatro ELOS nas comunidades do CBR.

A partir da nova gestão municipal que se iniciou em 2021, pude finalizar a proposta do PDT, tendo em vista a equipe de técnicos multidisciplinares que os secretários da SEDEST colocaram à disposição do referido plano. Nossa proposta buscou abrigar diferentes ações públicas, secretarias municipais parceiras, órgãos executores de políticas sociais, organizações não governamentais, conselhos de direitos da sociedade civil, associações de moradores e

entidades associativas. Tudo isso com o objetivo de construir um Plano de Desenvolvimento Territorial participativo.

Após o Consórcio Demacamp-Ânima vencer a licitação, e a UEP cumprir todo o processo licitatório de sua contratação para subsidiar serviços específicos do Plano de Desenvolvimento Comunitário no CBR, foi criada uma Comissão Fiscal, da qual faço parte, para o acompanhamento e fiscalização das ações deste contrato. Sendo assim, tive que acompanhar não só as ações de elaboração e validação do Plano de Desenvolvimento Territorial, mas também, às ações dos demais produtos (correspondentes aos eixos 1 e 2) do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR.

A Comissão Fiscal do Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio, é composto por 5 membros (1 membro da SEDEST, 3 membros da SEMHAB e 1 membro da SEPPM) que foram divulgados no diário oficial do município.

Com base no Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) proposto pela UEP, e juntamente com os demais agentes sociais envolvidos, como as secretarias municipais de João Pessoa, BID, empresa consultora especializada contratada, e técnicas da Comissão Fiscal do contrato do PDC, participei das seguintes ações (descritas no quadro 1), no que tange ao Plano de Desenvolvimento Territorial:

#### **Quadro 1 – Resumo de ações de observação participativa**

Reuniões de apresentação do Programa João Pessoa Sustentável junto às comunidades;
Reuniões com as secretarias municipais envolvidas no PDT, a saber: SEDEST, SEMAM E SEPPM;
Reuniões com os membros da Comissão Fiscal do PDC;
Diagnóstico Socioeconômico das comunidades do CBR. Foi feita coleta de dados primários qualitativos e quantitativos (socioeconômicos e de inclusão de gênero) das famílias que vivem em área de risco e serão reassentadas;
Foram realizadas reuniões com grupos de agentes (secretários e subsecretários municipais, gestores e operadores de programas e projetos), e atores sociais (membros de conselhos de direitos, lideranças de organizações da sociedade civil e dirigentes de organizações não governamentais).

Fonte: Elaboração própria.

A diversidade de agentes e atores sociais foi considerada como um filtro importante para a leitura das ações e das percepções da gestão e execução de políticas socioeconômicas, permitindo apreender o universo complexo de sua materialidade no território. Tendo em vista o escopo do trabalho foram privilegiadas as áreas mais explicitamente vinculadas às ações de superação da “exclusão social”: educação, moradia, trabalho, renda, cultura, saúde, segurança e assistência social.

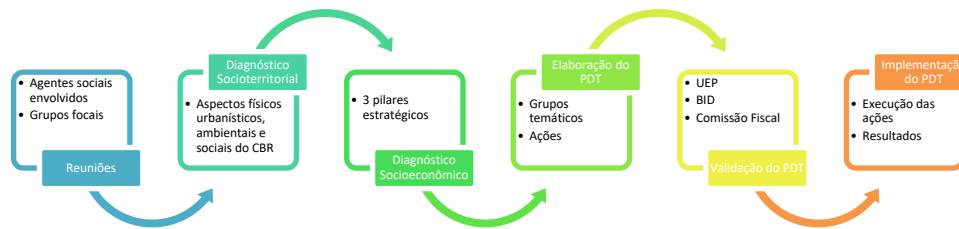
Após a empresa consultora cumprir algumas etapas dos objetivos específicos estipulados na contratação, articulados entre fases de concepção, definição de estratégia, e seguida por uma fase de implementação e operação, foi apresentado diante de todos os agentes envolvidos no PDT (UEP, secretarias municipais, comunidades do CBR e BID), a proposta final de implementação do Plano de Desenvolvimento Territorial de cunho socioeconômico e com inclusão de gênero.

É importante destacar que o Diagnóstico Socioeconômico das famílias do Complexo Beira Rio, foi o insumo básico para definir o perfil da população do CBR e a linha de base socioeconômica, ambiental e de gênero. O perfil incluiu também análise de forças e fraquezas em termos ambientais do CBR e dos seus moradores. A questão de gênero foi analisada de maneira transversal nos diferentes temas abordados.

O Diagnóstico Socioeconômico foi utilizado como a base do Plano de Desenvolvimento Territorial, com o objetivo de propor respostas customizadas às situações específicas encontradas no CBR e com base nas ideias e ações que a SEDEST propôs inicialmente. Ao final de sua elaboração, a proposta foi apresentada aos moradores para receber contribuições e sugestões a partir da vivência dos moradores e com isso se transformar num PDT para todos e elaborado com a participação da comunidade.

Em setembro de 2022, foi apresentado a PMJP (UEP), ao BID, e à Comissão Fiscal do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, o Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio, com base nas propostas e objetivos impostos pela PMJP. Com o aval de todos os envolvidos e após alguns ajustes necessários e apontados pelo BID, o PDT foi validado pelos agentes. A partir de então, inicia-se uma nova etapa para a implementação do PDT junto às comunidades do CBR, conforme figura 1

**Figura 1 – Etapas do Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR**



Fonte: Elaboração própria.

Conforme o calendário do Programa João Pessoa Sustentável, no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, as ações de execução do PDT iniciam-se a partir de novembro de 2022 e com previsão de serem implantadas até meados do ano de 2024.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

### 4.1 Local e População Envolvida

O Plano de Desenvolvimento Territorial foi elaborado para atender a população das oito comunidades que formam o Complexo Beira Rio na cidade de João Pessoa – PB. O referido Plano está voltado a atender centenas de famílias de baixa renda residentes em edificações precárias e em áreas de risco. Estas famílias passarão por um processo de substituição de moradias de risco por moradias dignas, o que requer deslocamento da população dos imóveis em risco, para os novos imóveis que serão construídos por meio do Programa.

De acordo com Martins e Maia (2019), a cidade de João Pessoa apresenta, neste início do século XXI, um cenário de segregação socioespacial que teve origem ainda na década de 1960. Contudo, as desigualdades têm se tornado cada vez mais evidentes, sendo possível identificar uma tendência de fragmentação efetiva da área urbana, através da definição de setores cada vez mais homogêneos no interior do espaço intraurbano, como o aumento de áreas loteadas, resultando na diminuição de suas áreas verdes e desocupadas e no avanço em direção às bacias de rios e ao limite administrativo do Município.

O Rio Jaguaribe é o mais extenso rio urbano da capital paraibana, com cerca de 21 quilômetros de extensão e uma área de 60 km<sup>2</sup>. Tem sua nascente localizada nas imediações do bairro de Oitizeiro, nas proximidades da região das 3 Lagoas. O curso do rio cruza praticamente a cidade de João Pessoa de norte a sul. Este rio é um fator natural que serviu como limitante do crescimento urbano, e sua história é marcada por profundas alterações quantitativas e

qualitativas em seu curso. Algumas dessas alterações foram planejadas de acordo com os interesses de ordenamento territorial e outras por pressões sociais por moradia (DIEB E MARTINS, 2017).

Segundo Dieb e Martins (2017), em virtude da diversidade das características urbanísticas de cada extrato inserido na bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe, é notável a dimensão dos impactos a que este está submetido. Muitas características do perfil hidrográfico foram alteradas pelo avanço da expansão urbana. Assim, o monitoramento da qualidade da água realizado em laboratório, reforça a prerrogativa de que as modificações urbanísticas a que a bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe sofreu ao longo dos anos, implicou em uma forte degradação ambiental proveniente das demandas sociais locais.

O Complexo Beira Rio abrange um total de oito comunidades distribuídas em cinco bairros na cidade de João Pessoa. As áreas alvos dos estudos e projetos voltados ao CBR são: Comunidade Brasília de Palha; Comunidade Cafofo Liberdade; Comunidade Miramar; Comunidade Padre Hildon Bandeira; Comunidade Santa Clara; Comunidade São Rafael; Comunidade Tito Silva; Comunidade Vila Tambauzinho; e Margens do Rio Jaguaribe, para implantação de um Parque Linear (PMJP 2020).

Esse conjunto de comunidades estão dispostas como núcleos desagregados entre si, e rodeados por bairros de classe média, dotados de infraestrutura. O CBR apresenta aproximadamente 1960 famílias, muitas vivendo sobre as margens do Rio Jaguaribe e morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes. A população da área apresenta baixo nível de escolaridade e renda média mensal de cerca de R\$ 205,00 (PDRR, 2017).

Os núcleos urbanos do Complexo Beira Rio, além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização de posse da terra, estão inseridos em áreas com riscos de deslizamento, erosão e inundação. A vulnerabilidade social na área está expressa pela insalubridade ambiental com alto risco à saúde, alto índice de violência e tráfico de drogas.

A área possui serviços essenciais precários e, portanto, as famílias necessitam buscar atendimento fora da poligonal. Os núcleos urbanos em questão, além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização de posse da terra, estão inseridos em áreas com riscos de deslizamento, erosão e inundação, principalmente do Rio

A precariedade da infraestrutura pública comprova-se pela ocorrência de esgoto a céu aberto e lixo nas ruas. A coleta de lixo é efetuada de forma insuficiente devido à inexistência de vias públicas adequadas para entrada de veículos de coleta de lixo. Observa-se a presença de garis comunitários do município que realizam o serviço de coleta e varrição. Também existe a presença de catadores de lixo informais nas comunidades de Padre Hildon Bandeira, São Rafael e Santa Clara. Contudo, o entorno dessas comunidades apresenta boa infraestrutura com ruas pavimentadas, transportes públicos, escolas e postos de saúde (PMJP 2020).

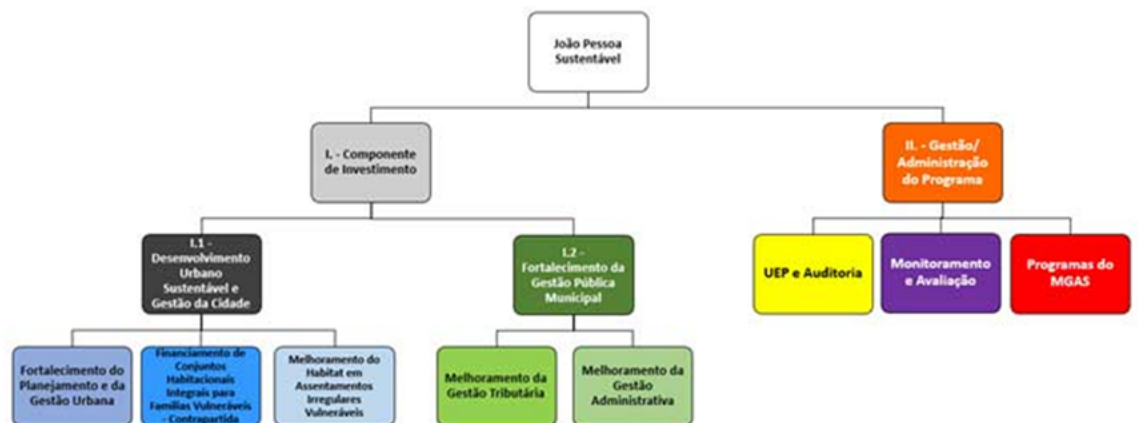
## 4.2 O Programa João Pessoa Sustentável

O Município de João Pessoa solicitou, em 2014, por meio de uma carta consulta enviada à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base em Plano de Ação elaborado, para a implantação do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida da população, em especial dos segmentos mais pobres, e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável do Município (PMJP, 2022).

O Programa representa a continuação de atividades realizadas no contexto da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), projeto especial do BID em implantação desde 2011, que foi implementada em João Pessoa durante 2013/2014, em colaboração com a Caixa Econômica Federal. O Programa atuará principalmente nos temas priorizados no Plano de Ação da ICES para o município, sendo seu objetivo geral promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e da gestão municipal (PMJP, 2022).

A partir dos objetivos do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, criou-se a denominação de **Programa João Pessoa Sustentável** que está estruturado em dois principais componentes, que são: **Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade**; e **Fortalecimento da Gestão Pública**. Na figura 2 abaixo apresenta-se a descrição geral do Programa João Pessoa Sustentável:

**Figura 2 - Descrição geral do Programa João Pessoa Sustentável**



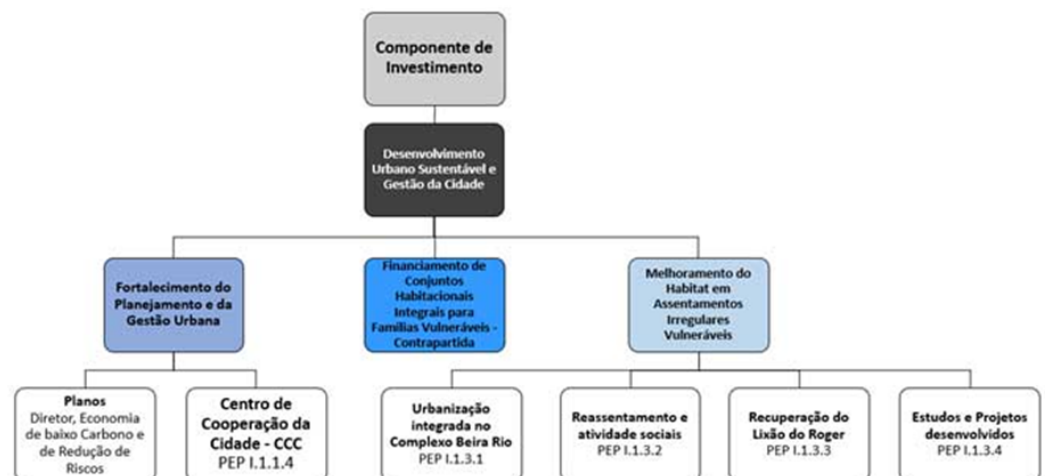
Fonte: Site PMJP (2021).

O Programa João Pessoa Sustentável visa propiciar um desenvolvimento urbano sustentável no Município de João Pessoa a partir do fortalecimento do planejamento, da gestão urbana e pública municipal, bem como por meio de intervenções integrais e/ou demonstrativas para famílias vulneráveis. Dentre os principais objetivos específicos pode-se destacar:

- Fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão urbana;
- Incrementar o acesso a conjuntos habitacionais de interesse social, infraestrutura e equipamentos urbanos de qualidade para famílias vulneráveis;
- Melhorar a qualidade de vida em assentamentos informais a partir da mitigação de riscos socioambientais e da melhoria do habitat em projetos com potencial de replicação;
- Incrementar a eficiência da gestão dos recursos fiscais municipais por meio do fortalecimento dos procedimentos administrativos, capacitação e modernização de equipamentos tecnológicos.

O componente Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade, ilustrado na figura 3, tem como objetivo fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares vulneráveis com intervenções integrais. Dentro do universo deste componente e de acordo com seus objetivos, pode-se destacar as ações que fazem parte do Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis.

**Figura 3: Componente Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade**  
**Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade**



Fonte: Site PMJP (2021).



O custo total do Programa é estimado em US\$ 200.000.000,00 sendo US\$ 100.000.000,00 financiados pelo BID e US\$ 100.000.000,00 em contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Para o desenvolvimento do Programa João Pessoa Sustentável, foi financiada a criação e o funcionamento de uma Unidade Executora do Programa (UEP) e a contratação de uma empresa de consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Também foram contratados serviços de consultoria para a avaliação, assim como a auditoria externas contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (ROP, 2021).

Será financiada a realocização de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados por sua situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades:

- Projeto urbanístico integral da área;
- Reassentamento de aproximadamente 840 famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 675 habitações;
- Implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas;
- Elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico (Plano de Desenvolvimento Territorial) para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de Escritórios Locais de Gestão (ELOS);
- E regularização cadastral e titulação de propriedades.

A Figura 4 apresenta uma imagem destacada do Complexo Beira Rio, onde estão localizadas as comunidades a serem contempladas com as ações que serão realizadas com os recursos do empréstimo.

**Figura 4 – Imagem de Satélite do Complexo Beira Rio, João Pessoa-PB**



Fonte: Regulamento Operacional do Programa – ROP, 2018.

A Prefeitura pretende utilizar os recursos do BID para poder experimentar novos modelos de produção habitacional, e utilizar a produção de três novos conjuntos habitacionais no CBR como um piloto para:

- Uma arquitetura diferenciada ambiental e socialmente com eco construção, infraestrutura verde e inovação em design; e
- Introdução de usos mistos visando a criação de subsídios cruzados entre usos comerciais (lucrativos) e usos sociais (deficitários).

### 4.3 Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio

Para atender as necessidades das comunidades do Complexo Beira Rio, foi criado um Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR visando transformar as intervenções físicas em desenvolvimento territorial, complementando as obras que geram transformação do território com crescimento econômico e com a participação comunitária.

A partir destas transformações territoriais, pretende-se que haja um novo impulso no desenvolvimento da área considerando não somente os investimentos nas obras em si, mas também o investimento no desenvolvimento socioeconômico da população. Para revitalizar economicamente a área é preciso trabalhar com as diferentes dimensões existentes.

**Figura 5 – Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio**



Fonte: Elaboração própria.

Conforme ilustrado na figura 5, o Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR foi dividido em três eixos temáticos para uma melhor organização e planejamento das ações a serem implantadas nas comunidades do Complexo Beira Rio. Nota-se, portanto, que o foco deste trabalho corresponde ao Eixo 3 – Plano de Desenvolvimento Territorial das comunidades do CBR.

Para atender às necessidades específicas de desenvolvimento socioeconômico das comunidades do CBR, foi produzido o Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR, fundamentado em três pilares estratégicos: Sustentabilidade Ambiental, Geração de Trabalho e Renda, e Inclusão de Gênero, conforme ilustra a figura 6 a seguir.

**Figura 6 – Pilares do Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR**



Fonte: PMJP (2020)

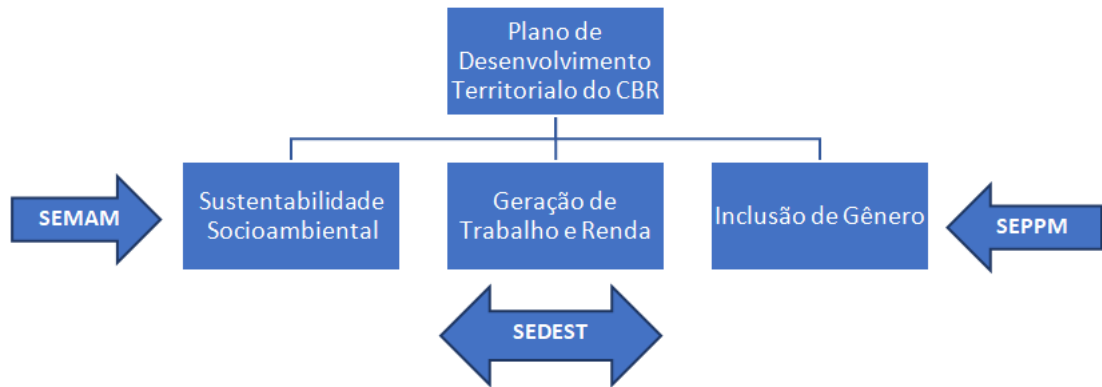
Para a construção dos planos de ações do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT), e considerando os critérios de sustentabilidade e inclusão de gênero para o desenvolvimento socioeconômico das famílias residentes na área pertencente ao CBR, a construção do PDT contou com a participação de secretarias do município.

A Secretaria do Trabalho, Produção e Renda (SETRAB), que em 2021 foi transformada em Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST), foi designada pela Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável para desenvolver o Eixo Desenvolvimento de Território do CBR. Este eixo é baseado num Plano de Desenvolvimento Socioeconômico com inclusão de gênero que foi elaborado pela, até então, SETRAB e contou com as parcerias da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM).

Além das ações de cunho econômico elaborados exclusivamente pela SEDEST, mostrou-se necessário a inclusão técnica da SEMAM para inclusão de ações de sustentabilidade socioambiental e socioterritorial, uma vez que, uma parte significativa das famílias residentes no CBR, dependem diretamente ou indiretamente de atividades econômicas praticadas às margens do Rio Jaguaribe. Essas atividades geram grandes impactos ambientais ao referente rio e conseqüentemente à própria população local.

É importante ressaltar que no pilar estratégico Inclusão de Gênero, também estão inclusas questões de Diversidade e Vulnerabilidades. Neste sentido, é importante ressaltar que a inclusão de gênero não se restringe às mulheres, mas a um escopo muito mais abrangente de populações com acesso diferenciado à cidade. Portanto, quando se trata neste PDT em mulher, é importante entender que se pretende atingir mulheres e populações que apresentam algum tipo de vulnerabilidade ou de discriminação. Para a elaboração de questões de gênero e afins, contou-se com a participação técnica da Secretaria das Mulheres.

**Figura 7 – Secretarias envolvidas no Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR**



Fonte: Elaboração própria.

O Plano de Desenvolvimento Territorial envolve também os representantes sociais do CBR, uma vez que reflete num conjunto de ações planejadas para integrar o eixo que corresponde em transformar as intervenções físicas em desenvolvimento territorial, congregando as obras que geram transformação do território com crescimento econômico e com a participação comunitária do Complexo Beira Rio (CBR).

Considerado indispensável ao bom andamento da preparação e implantação do processo de reassentamento involuntários das famílias do CBR, foram implantados quatro Escritórios Locais de Gestão (ELOS) nas comunidades do CBR, onde toda a população terá acesso às informações sobre a intervenção urbanística e ambiental, além das oportunidades de desenvolvimento do território com as ações do Plano de Desenvolvimento Econômico e inclusão de gênero e atividades de Educação Ambiental e Sanitária.

O Plano de Desenvolvimento Territorial é composto por ações que contemplam o plano de geração de trabalho e renda do CBR, e são orientados a focar sobre as temáticas: Sustentabilidade socioambiental; Redução da desigualdade de gênero; Qualificação profissional; Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo. Todas essas temáticas serão tratadas de forma conjunta no PDT a ser implementado.

Levando em consideração os programas municipais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST), as ações propostas ao Plano de Desenvolvimento do CBR, estão descritas nos quadros 2, 3 e 4.

**Quadro 2 – Ações do PDT propostas pela SEDEST**

<b>Programas da SEDEST</b>	<b>Ações</b>	<b>Funções</b>	<b>Objetivos</b>
Microcrédito Social	Financiamento do Programa de Microcrédito	Desenvolvimento e criação dos pequenos negócios do CBR por meio de microcrédito, capacitação e acompanhamento técnico.	Apoiar e fomentar as atividades Empreendedoras do CBR a partir das demandas identificadas no diagnóstico socioeconômico.
Qualificação e Capacitação Profissional	Capacitações e Qualificações Profissionais	Identificar as principais demandas de qualificação profissional exigidas pelas empresas.	Capacitar e qualificar candidatos às oportunidades de trabalho e práticas empreendedoras.
Atividades Empreendedoras	Educação Empreendedora; Associativismo; Cooperativismo e Formalização de Negócios	Identificar as principais demandas de qualificação exigidas pelas atividades empreendedoras. Observatório de oportunidades. capacitar e qualificar candidatos às oportunidades de trabalho e práticas empreendedoras (casa do empreendedor). promover formalização. acompanhar indicadores de impacto social	Capacitar às oportunidades e práticas empreendedoras.
Sistema Nacional de Emprego (SINE-JP)	Cadastro (SINE-JP) e Capacitação itinerante	Fazer cadastros às vagas de emprego e promover capacitação de melhoria profissional nos locais de moradia.	Cadastrar e capacitar/ qualificar candidatos às oportunidades de emprego.

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 3 –Ações do PDT propostas pela SEDEST em parceria com a SEMAM**

<b>Ações</b>	<b>Funções</b>	<b>Objetivos</b>
Programas e projetos de Agricultura Familiar e Pesca	Apoio às atividades de agricultura familiar (produtores e pequenos grupos de produtores); proporcionar estruturas físicas e técnicas para atividades agrícolas sustentáveis	Gerar trabalho e renda aos produtores da agricultura familiar/ segurança alimentar
Educação Ambiental, Ecológica e Sustentável	Ações e Projetos de sensibilização e práticas socioambientais	Implantar cultura de atividades socioambientais e educativas aos produtores da agricultura familiar
Projeto Flores Tropicais	Capacitação para cultivo e manejo de flores tropicais e plantas ornamentais, e cursos de arranjos de flores.	Geração de Trabalho e Renda

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 4 - Ações do PDT propostas pela SEDEST em parceria com a SEPPM**

<b>Ações</b>	<b>Funções</b>	<b>Objetivos</b>
Linhas de crédito direcionada às mulheres	Orientação, acompanhamento e inclusão da mulher no mercado	Fomentar o crescimento socioeconômico das mulheres nas atividades empreendedoras
Capacitação e qualificação profissional para mulheres	Capacitar mulheres para o mercado de trabalho e atividades empreendedoras	Inclusão e inserção da mulher no mercado de trabalho e atividades empreendedoras
Capacitação às artesãs	Orientação e capacitação em atividades de artesanato	Melhorar a produtividade das atividades/produção das mulheres

Fonte: Elaboração própria.

Após a produção do Diagnóstico Socioeconômico das comunidades do CBR elaborado pela empresa consultora, os dados levaram a acrescentar um conjunto de ações complementares sobre a proposta inicial do PDT considerando as particularidades e características das comunidades. As ações estão distribuídas por grupos temáticos, a saber:

- Educação, trabalho qualificado e seguro;
- Igualdade de gênero;
- Novas formas de relacionamento com o território; e
- Respeito à memória do CBR.

Considerando os grupos temáticos citados e os pilares da sustentabilidade socioambiental e seus condicionantes e o plano de geração de trabalho e renda, as ações propostas de acordo com o Diagnóstico Socioeconômico do CBR, englobam todas as possibilidades de exploração sustentável dos recursos naturais disponíveis, aprimoramento pessoal e profissional e acompanhamento sistemático das ações.

Os quadros 5, 6, 7 e 8, apresentam um compilado das ações propostas conforme os grupos temáticos, seus objetivos e os agentes envolvidos.

**Quadro 5 – Ações de Educação, Trabalho Qualificado e Seguro**

<b>Ações</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Envolvidos</b>
Geração de empregos na Construção Civil	Qualificação de mão de obra a ser possivelmente contratada nas obras do CBR	Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade; Coordenação de Aspectos Sociais; SEDEST; Sistema S.
Qualificação de mão de obra	Qualificar mão de obra no CBR	Coordenação de Aspectos Sociais; SEDEST; Sistema S.
Formalização dos trabalhadores por conta própria	Aumentar o número de trabalhadores por conta própria (incluindo os empreendedores) formalizados no CBR.	SEDEST
Acompanhamento aos grupos econômicos	Formar equipe para acompanhar diferentes grupos econômicos do CBR durante a intervenção buscando associação ou cooperação entre os integrantes de cada grupo ou inserção desses trabalhadores em redes econômicas da cidade.	Coordenação de Aspectos Sociais; SEDEST; SEMAM.
Diagnóstico Empreendimentos	Compreender a especificidade de cada empreendimento e encontrar as melhores saídas econômicas, buscando desenvolvimento econômico e mitigação de perdas econômicas ocasionadas pelo deslocamento econômico promovido.	Coordenação de Aspectos Sociais; SEDEST.
Qualificação para empreendedores	Acompanhar os empreendedores ao longo da intervenção no CBR e oferta de cursos ligados à administração de pequenos negócios	SEDEST
Oferta de Crédito aos empreendedores	Acompanhar os empreendedores do CBR ao longo da intervenção no CBR e oferta de cursos ligados à administração de pequenos negócios	SEDEST
Educa CBR	Elevar o nível de escolaridade no CBR	Coordenação de Aspectos Sociais; (Sedec); Secretaria de Educação do Estado.
Feiras de serviços do CBR/Caravana do Cuidar CBR	Atender as demandas da comunidade por serviços públicos (Dia da Feira de Serviços) e dinamizar a economia local.	Coordenação de Aspectos Sociais; Secretarias municipais.
Rotas dos Comércios	Impulsionar a economia local e divulgar os comércios e serviços encontrados nas oito comunidades criando uma rota do comércio e serviços no CBR.	Coordenação de Aspectos Sociais

Fonte: elaboração própria



**Quadro 6 – Ações de novas formas de relacionamento com o território**

<b>Ações</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Envolvidos</b>
Comunidade e Meio Ambiente	Aproveitar o calendário de eventos e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais para divulgação e troca de experiências em Educação Ambiental e Sanitária para a população específica.	Coordenação de Aspectos Ambientais; Técnico em Educação Ambiental - SEMAM-PZAC; Técnico em Educação Ambiental - EMLUR; Técnico em Educação Ambiental - SEDEC
Visita educativa à obra	Despertar nos moradores/usuários sentimentos de proteção e zelo em relação aos novos equipamentos público implantados no Parque Linear, nos conjuntos habitacionais e nas comunidades	Coordenação de Aspectos Sociais; Coordenação de Aspectos Ambientais; Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade; Empresa de construção dos equipamentos.
Capacitação e oficinas ambientais	Realizar oficinas com os diferentes grupos locais de treinamento para implantação de práticas no trato do ambiente e formar agentes multiplicadores das temáticas ambientais promovendo geração de renda.	Coordenação de Aspectos Ambientais; UFPB
Rota Meio Ambiente e Memória	Rememorar a história das oito comunidades do CBR, fomentar o sentimento de pertencimento aos novos espaços resultantes da intervenção urbanísticas e sensibilizar sobre a importância da proteção e respeito ao patrimônio e infraestrutura	Coordenação de Aspectos Sociais; Coordenação de Aspectos Ambientais; Coordenação de Desenvolvimento Urbano ;Sustentável e Gestão da Cidade; Secretaria de Meio Ambiente; Empresa contratada para execução do paisagismo.
Proteção contra o abandono animal	Proporcionar o controle de zoonoses e evitar um maior número de animais abandonados na cidade.	Coordenação de Aspectos Sociais Coordenação de Aspectos Ambientais Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade Vigilância Sanitária e Zoonoses. Secretaria de Saúde e Secretaria de Meio Ambiente - Saúde e bem estar animal. CETAS E ONG's de proteção animal.
Melhoria Habitacional	Realizar melhorias habitacionais em 66 imóveis localizados na área consolidável do CBR.	Coordenação de Aspectos Sociais e Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade; Secretaria Municipal de Habitação Social (Semhab); Habitat para Humanidade.

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 7 – Ações de igualdade de gênero**

<b>Ações</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Envolvidos</b>
<b>Esse espaço também é meu!</b>	Aumentar a participação das mulheres nos espaços de participação e decisão existentes no CBR.	Coordenação de Aspectos Sociais Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres
<b>Proteção</b>	Ampliar o acesso a rede de proteção às mulheres vítimas de violência	Coordenação de Aspectos Sociais Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres
<b>Você pode mulher!</b>	Possibilitar as mulheres vítimas de violência de gênero, acompanhamento e direcionamento após a acolhida pela rede de proteção	Coordenação de Aspectos Sociais
<b>Curso empodera</b>	Empoderar as mulheres do CBR	Coordenação de Aspectos Sociais Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres/ Coordenação de educação e cultura

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 8 – Ações de respeito à memória do CBR**

<b>Ações</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Envolvidos</b>
Protetores do Rio Jaguaribe	Sensibilizar jovens e crianças a respeito da conservação do Rio Jaguaribe, da preservação dos recursos naturais despertando sentimentos de apropriação, compreensão e importância do Rio Jaguaribe para a cidade e comunidade, a partir da educação ambiental.	Coordenação de Aspectos Sociais e Coordenação de Aspectos Ambientais. Secretaria de Meio Ambiente - SEMAM – PMJP Guardiões do Rio Gramame; UFPB
Você sabia?	Fomentar grupo de jovens comunicadores populares. Produzir, a partir da visão do moradores, conteúdos relevantes do cotidiano relacionados a temática de meio ambiente, igualdade de gênero e memória.	Coordenação de Aspectos Sociais

Fonte: Elaboração própria.

É nessa direção que o Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio, servirá de base para a execução das ações propostas que irão interferir diretamente no funcionamento do cotidiano das comunidades e populações afetadas. Essas ações terão como foco, a proteção dos espaços de memória, através da preservação da memória coletiva dos cidadãos que fazem parte desses espaços, bem como das suas histórias, mantendo assim sua identidade socioterritorial preservada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado corresponde à experiência enriquecedora que tive de aliar a teoria abordada no curso de Administração Pública, com a prática, na referida área, devido a minha atuação como servidora pública municipal na cidade de João Pessoa. Entender os mecanismos da administração pública e colocá-los em prática junto aos agentes socioeconômicos, para que o serviço público ofertado aos cidadãos seja o mais efetivo possível, é muito enriquecedor, já que abrange informações de muitas áreas no âmbito da administração pública.

Como servidora pública, neste trabalho de conclusão de curso, destaquei minha participação e aprendizado na elaboração e validação do Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio. Como já foi exposto ao longo do trabalho, o PDT é parte integrante de um plano mais amplo – Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR– desenvolvido pelo Programa João Pessoa Sustentável.

Pode-se afirmar, ao final desta pesquisa, que foi cumprido o objetivo de constituir um rol de políticas públicas em áreas de risco em núcleos urbanos no município de João Pessoa e, a partir dessas conclusões, almeja-se que este trabalho possa contribuir para a elaboração de uma agenda propositiva de superação de desigualdades sociais e da distinção territorial de direitos.

Tendo em vista o período de participação que tive ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR, entre julho de 2019 a outubro de 2022, percebi que as comunidades estudadas possuem uma dinâmica de interações, conflitos e contradições reveladoras de complexidade, constituindo assim um modelo valioso para colocar em pauta a política pública no âmbito de uma agenda de políticas públicas de direitos à Cidade.

Unindo os lados de temáticas abordadas no curso de Administração Pública, juntamente com as minhas atividades de servidora pública municipal, busquei colocar em foco o papel do município como esfera de garantia e promoção de direitos - principalmente no que diz respeito aos grupos sociais e indivíduos em situação de vulnerabilidade social – e, em especial, como lugar da participação da população na formulação, no controle e na avaliação das políticas públicas sociais.

A escolha da esfera municipal de gestão deve-se ao fato que os municípios brasileiros foram outorgados como novas centralidades de execução de políticas sociais, tendo em vista a consideração estratégica da proximidade do cidadão com o governo local. Trata-se, de colocar como propósito maior a prática das políticas públicas, tendo em vista a justiça territorial como prática de superação de desigualdades socioespaciais.

As comunidades do CBR possuem, todas elas, mais de vinte anos de ocupação, e este tempo é indicador de alto grau de enraizamento social com o território. As mais antigas são as comunidades Santa Clara (47 anos), São Rafael e Brasília de Palha, ambas com 45 anos de instalação.

É importante destacar também, o foco dado à inclusão de gênero nas políticas públicas. Visando diminuir as desigualdades de direitos econômicos e sociais das mulheres, o Plano de Desenvolvimento Territorial contempla os distintos aspectos da inclusão de gênero no território, como:

- A segurança das mulheres nos espaços públicos e seu acesso à cidade (equipamentos esportivos e culturais, praças etc.), assim como nos espaços privados (rede de apoio e atendimento à violência doméstica);
- Seu papel na governança urbana, a nível de rua, bairro e cidade, através da sua participação ativa nas instâncias do programa e da cidade;
- A autonomia econômica das mulheres, possibilitando às mesmas serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem;
- O reconhecimento do papel das mulheres na cidade, a nível mais simbólico, através de eventos, nome de ruas e praças etc.

Os estudos realizados também identificaram importantes avanços em termos da descentralização da gestão pública e execução de políticas socioterritoriais. Não por coincidência essas experiências exemplares contaram com a participação ativa de conselhos de direitos, movimentos sociais, associações de moradores, em seus diferentes momentos de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Fato que demonstra que participação autônoma, crítica e propositiva de atores sociais é um caminho que deve ser adotado quando se trata da descentralização como recurso do exercício da cidadania e das possibilidades de elaboração de uma agenda propositiva de direitos à Cidade.

À luz deste contexto, a bibliografia estudada demonstra que os municípios são recorrentemente instâncias administrativas de execução de políticas federais. O papel na formulação de políticas públicas não é uma escala de poder inteiramente acessível à esfera municipal. Não há uma efetiva descentralização que garanta ao chamado poder local um papel mais abrangente de concepção de escopo, de conceituação de público e de definição de recursos das políticas públicas.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Larissa da Silva Ferreira. Culturas de ordenamento territorial: conceituações e perspectivas histórico analíticas. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, 2014.

ARREGUI, Carolla; KOGA, Dirce HarueUeno; DINIZ, Rodrigo Aparecido. Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, 2018.

BARBOSA, Jorge Luiz. Política pública, gestão municipal e participação social na construção de uma agenda de direitos à cidade. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, vol. XIV, nº 331, 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Integrated and Sustainable Urban Development Program of The Municipality of João Pessoa**. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1421/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, Tarcísio Valério da; SILVA, Silvana Alves da; FURTADO, Gil Dutra; GONÇALVES, Alicia Ferreira. Modelos de desenvolvimento sustentável em gestão dos resíduos sólidos urbanos no estado da Paraíba. In: GONÇALVES, Alicia Ferreira; ANDRADE, Maristela Oliveirade; ROMERO, Oliverio Hernández (orgs.). **Do desenvolvimento à sustentabilidade: políticas socioambientais e experiências comunitárias**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

CUNHA, Caio Cezar; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Território: uma estratégia às políticas sociais. **Revista GEO UERJ**. Rio de Janeiro, n.36, 2020.

DIEB, Marília de Azevedo; MARTINS, Paula Dieb. O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/PB: da harmonia ao conflito. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais do XVII ENANPUR**, 2017.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão; VIEIRA, Marcela do Carmo; ALBANO, Mayara Pissutti; MARIA, Yeda Ruiz. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2015.

KLAUS, Frey. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, 2000.

LEANDRO, Luiz Alberto; GOMES, Claudia Massini; CASTRO, Krishna Neffa Vieira de; CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de. O futuro da gestão socioambiental: uma análise crítica sobre a crise ambiental brasileira. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, vol. 4, n. 2, 2015.

LIMA, Bruno Avellar Alves de; ZANIRATO, Sílvia Helena. Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista. In: SIPPEDES, 2014, Franca – SP. **Anais do I Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, 2014.

MAY, Tim. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. – 3.ed.- Porto Alegre: Artemed, 2004.

MARTINS, Paula Dieb; MAIA, Doralice Sátyro. DA NOVA MALHA URBANA AO TECIDO CONSOLIDADO: a expansão urbana através da produção imobiliária em João Pessoa – PB. **Revista GEO UERJ**, 2019.

MILLWARD, L. J. Grupos focais. In: G. M. BREAKWELL, S. HAMMOND, C. FIFE-SCHAW & J. A. SMITH (Org.), **Método de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Porto Editora – *observação participante* na Infopédia. Porto: Porto Editora. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](https://www.infopedia.pt/$observacao-participante). Acesso em: 27 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **REGULAMENTO OPERACIONAL DO PROGRAMA**. João Pessoa, 2021. Disponível em <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/produrbis2/#:~:text=O%20objetivo%20geral%20do%20Programa,econ%C3%B4mica%20e%20de%20gest%C3%A3o%20municipal.>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município de João Pessoa**. João Pessoa, 2021. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/produrbis/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município de João Pessoa**. João Pessoa, 2020. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Marco-de-Gest%C3%A3o-Ambiental-e-Social-MGAS-Programa-JP-Sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município de João Pessoa**. João Pessoa, 2020. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/uep/documentos-importantes/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Código de Urbanismo**. João Pessoa, 2001. Disponível em <<http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/>>. Acesso em: 16 out. 2020.



\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município de João Pessoa.** João Pessoa, 2020. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/produrbis/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município de João Pessoa.** João Pessoa, 2020. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Marco-de-Gest%C3%A3o-Ambiental-e-Social-MGAS-Programa-JP-Sustent%C3%A1vel.pdf/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município de João Pessoa.** João Pessoa, 2020. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/uep/documentos-importantes/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PERES, Renata Bovo; CHIQUITO, Elisângela de Almeida. ORDENAMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: novas questões, possíveis articulações. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n.2, 2012.

REIS, André Luiz Queiroga; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; ANDRADE, Maristela Oliveira de; REIS, Christianne Maria Moura. Avaliação do desempenho do Índice de Sustentabilidade pelo *Dashboard Sustainability* nas Bacias Hidrográficas dos rios Jaguaribe, Cabelo e Cuiá na cidade de João Pessoa (PB). **Revista Gaia Scientia**, v11. n 02, 2017.

RESSEL, L. B., BECK, C. L., GUALDA, D. M., HOFFMANN, I. C., SILVA, R. M., SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 779-86, 2008.

SILVA, Brunielly de Almeida; SILVA, Milena Dutra da; SILVA, Geovany Jessé Alexandre; ALMEIDA, Nadjacléia Vilar; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro. Bordas urbanas da cidade de João Pessoa, Paraíba: análise espacial comparada entre os bairros periféricos do tecido urbano. In: XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. **Anais do XVI ENANPUR**, 2015.

SOARES, Ilton Araújo; OLIVEIRA, Jorge Eduardo Lins; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu – RN. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v 11, n.02, 2018